

PODER

Com mudança, MP das Blusinhas vai à votação

Comissão mista adia para hoje a apreciação do relatório da medida provisória. Texto deve incluir dispositivo de avaliação dos impactos da isenção nos setores produtivos

» LUÍZA ALTOÉ

A comissão mista adiou para hoje a votação do relatório da senadora Leila Barros (PDT-DF) à medida provisória (MP) que põe fim à taxa das blusinhas — Imposto de Importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50. A expectativa é de que a matéria também seja levada ao plenário da Câmara ainda nesta terça-feira, para seguir ao plenário do Senado amanhã.

A ideia é de que o texto-base da MP seja mantido, incluindo um mecanismo que determine ao Ministério da Fazenda que avalie periodicamente os impactos no setor produtivo nacional da tributação zerada. A primeira inspeção ocorreria três meses após a entrada em vigência do novo texto. A partir daí, as reavaliações seriam feitas a cada seis meses. A intenção é que, caso sejam identificados efeitos relevantes sobre, por exemplo, o desemprego e o faturamento das empresas, a pasta poderá propor medidas compensatórias.

“Queremos equacionar um gatilho que possa permitir ao Ministério da Fazenda fazer avaliação. Com autonomia da Fazenda, mas também com uma avaliação anual do Congresso Nacional”, explicou o presidente da comissão mista, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

A inserção da medida visa reduzir a **resistência do setor produtivo**. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, estima que o fim desse imposto coloca em risco a geração de cerca de R\$ 21,8 bilhões em produção doméstica e 109 mil postos de trabalho somente em 2026.

Em nota divulgada ontem, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) reiterou sua posição contrária à MP. “A mudança amplia a assimetria concorrencial entre produtos importados e nacionais, colocando em desvantagem empresas brasileiras que produzem, empregam e recolhem tributos no país”, enfatizou.

Segundo a Firjan, é “preocupante que uma mudança com efeitos relevantes sobre a produção nacional, o emprego e a arrecadação seja submetida a uma janela de deliberação tão curta”.

Segundo Lopes, a ideia de análise periódica dos impactos da tributação zerada teria agradado os setores, que defendem formas de compensação. Ao ser questionado por jornalistas sobre possíveis mecanismos de mitigação dos efeitos no setor produtivo, o parlamentar afirmou que eles não estarão

Edilson Rodrigues/Ag.ncia Senado



Lopes preside a comissão: “Se tiver pedido de vista, eu posso conceder vista de uma até 24 horas”

Alegação de prejuízos

A ideia tenta acalmar setores empresariais que se dizem prejudicados pela isenção fiscal a compras de até US\$ 50 em plataformas estrangeiras.



Queremos equacionar um gatilho que possa permitir ao Ministério da Fazenda fazer avaliação. Com autonomia da Fazenda, mas também com uma avaliação anual do Congresso Nacional”

Reginaldo Lopes (PT-MG), deputado, presidente da comissão mista

presentes no texto final. Lopes defendeu o uso do cashback, sistema que devolve ao consumidor uma porcentagem do valor gasto. Para ele, a ideia de crédito presumido — apoiada pela indústria — “não é o melhor mecanismo”.

“Não estou dizendo que vai ser o cashback, tem vários mecanismos: pode fazer linhas de crédito específicas, desonerar. O problema é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permite, neste processo eleitoral, fazer essa compensação econômica. Se fizer qualquer desoneração, tem que apontar a fonte de recursos. Isso só é possível em 2027”, argumentou.

A aprovação da MP é considerada prioritária para o governo pelo seu grande apelo popular às vésperas das eleições. Levantamento

da Atlas/Bloomberg, de março deste ano, mostrou que 62% dos brasileiros consideram a taxa das blusinhas o maior erro do governo atual.

O senador Izalci Lucas (PL-DF) sinalizou que deve pedir vista para adiar a votação da matéria, caso não seja acatada sua emenda que prevê a isenção de impostos federais (PIS/Pasep, Cofins e CBS) para vendas do varejo popular brasileiro nos setores de vestuário, calçados, bolsas e acessórios, de até R\$ 250.

A jornalistas, Lopes afirmou que, havendo pedido de vista, será acatado. A tendência é de que seja de 1 hora. Além disso, o deputado sinalizou que a emenda do PL não deve ser acolhida no relatório, mas admitiu que pode virar destaque na votação em plenário.

Saiba mais

Alcolumbre e Motta

O presidente da comissão mista, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), disse que o adiamento da apresentação e da votação do relatório da MP das blusinhas vai permitir que os presidentes do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Repúblicanos-PB), conheçam melhor o texto, que acaba com a cobrança do imposto.

Estava prevista para ontem à noite uma reunião entre o presidente e a relatora da MP na comissão, senadora Leila Barros (PDT-DF), com Alcolumbre e Motta.

Reginaldo Lopes e Leila Barros participaram, também nessa segunda-feira, de uma reunião no Palácio do Planalto para discutir a criação de uma regra de avaliação periódica do impacto do fim da taxa das blusinhas nos setores produtivos e as formas de mitigar eventuais efeitos. O tema foi discutido, no encontro, com a Secretaria de Relações Institucionais e os ministérios da Fazenda, Casa Civil e Planejamento e Orçamento.

Ricardo Stuckert



Alckmin: a redução de jornada é tendência natural no mundo

com potencial para avançar nesta semana. “Nós somos a segunda reserva do mundo em terras raras e só exploramos 30% do ponto de vista geológico. Vamos ter muito boa notícia para frente”, frisou.

Na área de segurança pública, Alckmin afirmou que a PEC da Segurança também deve ser

apreciada pelo Congresso nos próximos dias.

Ele defendeu maior participação dos municípios dentro do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), argumentando que a atuação local pode reforçar a prevenção e o combate à criminalidade.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson



Cury chega a dois dígitos na pesquisa e se coloca como 3ª via

Nas primeiras rodadas de debates e entrevistas, marcadas pelas dificuldades de Lula e Flávio Bolsonaro para explicar seus passivos políticos, Augusto Cury se projetou como candidato menos interessado em prolongar a guerra entre os dois campos e mais empenhado em associar tecnologia, eficiência administrativa e cuidado com as pessoas. A pesquisa BTG/Nexus divulgada ontem mostra que sua estratégia deu certo. No cenário estimulado sem Pablo Marçal, Cury saltou de 2% para 11% em uma semana. Lula oscilou de 41% para 39%, enquanto Flávio recuou de 37% para 33%. Ronaldo Caiado permaneceu com 5%; Renan Santos, com 3%; e Romeu Zema passou de 3% para 1%.

A novidade é a velocidade com que o candidato do Avante atravessou a barreira dos dois dígitos e assumiu o terceiro lugar na disputa. Na espontânea, quando o entrevistador não apresenta nomes, o avanço de 1% para 8% reforça a relevância do movimento. Cury passou a ser lembrado como opção presidencial. Não se deve confundir esse resultado com voto consolidado, mas é um equivocado desconsiderá-lo. A pesquisa ouviu 2.005 eleitores entre 28 e 30 de agosto, com margem de erro de dois pontos percentuais.

Como a coleta começou antes da entrevista de Cury à Globo, exibida no sábado, não é possível atribuir todo o salto à sabatina. O desempenho na Band, outras entrevistas e a circulação de vídeos também compõem o ambiente dessa ascensão. Cury percebeu uma demanda que a polarização pautada por ataques recíprocos tende a sufocar. Parte do eleitorado deseja saber quem poderá melhorar sua vida. Seu lema, “mente capitalista e coração social”, de caráter liberal-social, ganhou singularidade numa campanha dominada por acusações.

Conciliar iniciativa privada, responsabilidade administrativa e proteção dos vulneráveis atrai simpatia dos eleitores. Na Globo, Cury apresentou a proposta de um ministério de robótica e inteligência artificial, defendeu a digitalização da máquina pública e associou a modernização à contenção de despesas. Propôs microfinanciamento para pequenas empresas e o emprego de aplicativo de alerta e drones no enfrentamento da violência contra mulheres. Procurou dar à tecnologia o papel de atividade fim para tornar o governo mais eficiente e rápido nas respostas às demandas da população.

Em vez de restringir o debate ao tamanho do Estado, Cury enfatiza seu funcionamento. Para quem enfrenta burocracia, atendimento precário e insegurança, a qualidade dos serviços importa. A promessa de um governo tecnológico é música, pois conecta modernização econômica e necessidades cotidianas. Mas não dispensa explicações. Inteligência artificial não cria recursos por decreto, drones não substituem uma rede de proteção e digitalização não garante atendimento a quem está excluído da internet.

Mudança de foco

Cury agora terá que apresentar mais concretude nas propostas: custos, prioridades, equipes e condições de execução. Mudou o foco, propôs um rumo politicamente atraente, porém, sem demonstração de viabilidade. E nada impede que os demais candidatos ajustem suas narrativas para contemplar com mais ênfase essas agendas. Seu comportamento também conta. No debate da Bandeirantes, ao contestar os ataques de Renan Santos aos eleitores de Lula, defendeu a divergência sem desumanizar o adversário. Esse gesto ajuda a explicar sua capacidade de conversar com públicos distintos.

Cury tira votos de quem? O cruzamento com a eleição anterior oferece uma resposta mais consistente do que a simples comparação dos totais. Entre os entrevistados que declaram ter votado em Jair Bolsonaro no segundo turno de 2022, 13% agora escolhem Cury. Entre os antigos eleitores de Lula, são 7%. Há, portanto, penetração mais intensa no eleitorado que apoiou Bolsonaro. Cury alcança 22% entre os jovens de 16 a 24 anos, e 17% entre os eleitores com ensino superior. Entre aqueles que rejeitam simultaneamente Lula e Flávio, chega a 19%.

Esses recortes sugerem uma candidatura alimentada pelo desejo de renovação e pela recusa da escolha obrigatória entre os favoritos. A ameaça é maior para Flávio, porque Cury oferece ao eleitor conservador ou liberal descontente com o PT uma saída que não depende da defesa de Bolsonaro. Se continuar crescendo, poderá questionar a ideia de que somente o candidato do PL tem condições de enfrentar Lula. Entretanto, para disputar o segundo lugar, precisa tornar essa possibilidade real.

Para Lula, o risco é diferente. A fragmentação da oposição pode beneficiá-lo inicialmente, mas Cury disputa também eleitores que votaram no petista para impedir a volta do bolsonarismo. Uma alternativa percebida como moderada pode enfraquecer esse voto defensivo. Além disso, ao enfatizar qualidade dos serviços, transfere a cobrança para os resultados do governo, terreno no qual o presidente não pode responder apenas com críticas ao adversário. Cury ainda está 22 pontos atrás de Flávio. No segundo turno entre os favoráveis, o placar permanece em 46% a 45%, e a Nexus não testou um confronto com o escritor.

Expectativa com a 6 x 1

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou acreditar na votação, ainda nesta semana, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera a escala de trabalho 6x1. Ele avaliou que o texto pode avançar tanto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quanto no plenário do Congresso. A matéria é um dos itens da pauta de amanhã no colegiado.

Alckmin também disse esperar a apreciação de outros projetos considerados prioritários pelo governo, como o **Redata**, a retirada da chamada taxa das blusinhas, a proposta sobre minerais críticos e a PEC da Segurança Pública.

“Há uma tendência natural no mundo de redução de jornada, porque a tecnologia permite você fazer mais com menos gente ... acredito que devo votar provavelmente na semana . É possível que seja na CCJ e no plenário, mas o Congresso é sempre imprevisível”, disse Alckmin, durante participação em evento do BTG Pactual.

Segundo Alckmin, os avanços tecnológicos e a automação têm elevado a produtividade em diversos setores da economia, criando condições para jornadas menores de trabalho.

Ele disse esperar a votação do Redata, programa voltado à atração

Benefícios fiscais

A proposta estabelece um Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata). O cerne são os benefícios fiscais para empresas que instalem ou ampliem datacenters no Brasil. O senador Cid Gomes (PSB-CE), relator da matéria na Casa, ainda não apresentou o seu parecer. A proposta foi aprovado na Câmara em fevereiro.

de investimentos em data centers. De acordo com o vice-presidente, o projeto desperta interesse de empresas americanas e tem potencial para mobilizar grandes aportes no país. “Os Estados Unidos têm interesse no Redata, que pode trazer perto de R\$ 1 trilhão em investimentos para o Brasil”, ressaltou. O projeto está na pauta de votação do Senado hoje.

Minerais críticos

Alckmin também citou a proposta voltada à exploração de minerais críticos como uma das matérias